



## A EVOLUÇÃO DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Helder Pita Rocha<sup>1</sup>  
Filipe Augusto Xavier Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a evolução das principais abordagens teóricas do desenvolvimento rural e discute sua aplicabilidade ao contexto do Semiárido brasileiro. A investigação partiu da constatação de que a região apresenta desafios relacionados à escassez hídrica, à vulnerabilidade às mudanças climáticas, à pobreza e à degradação ambiental — fatores que demandam a produção de conhecimento capaz de subsidiar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e narrativa da literatura dos últimos sessenta anos. O estudo mapeia a transição paradigmática da modernização agrícola (1950-1970) às abordagens da nova ruralidade, desenvolvimento territorial e desenvolvimento sustentável, culminando no reconhecimento das epistemologias locais e da convivência com o Semiárido. Os resultados indicam que os modelos produtivistas clássicos se revelaram inadequados às especificidades regionais, ao passo que as abordagens territoriais e endógenas — centradas no capital social, na governança local, na pluriatividade e na valorização dos saberes camponeses — oferecem fundamentos mais robustos para orientar políticas públicas inclusivas e sustentáveis. Conclui-se que o desenvolvimento rural no Semiárido depende da superação do paradigma do combate à seca, da diversificação produtiva, do fortalecimento da agricultura familiar e da construção de capacidades institucionais e humanas territorialmente situadas.

**Palavras-chave:** Mudança climática; Capital social; Nova ruralidade; Território.

### *THE EVOLUTION OF RURAL DEVELOPMENT THEORY AND ITS CONTRIBUTIONS TO UNDERSTANDING THE BRAZILIAN SEMIARID REGION*

**Abstract:** *This article analyzes the evolution of the main theoretical approaches to rural development and discusses their applicability to the Brazilian Semi-Arid region. The research stemmed from the observation that the region faces challenges related to water scarcity, vulnerability to climate change, poverty, and environmental degradation — factors that call for the generation of knowledge capable of informing public policies aimed at sustainable development. This is a qualitative, exploratory and descriptive study, developed through a bibliographic and narrative literature review of the last sixty years. The study maps the paradigmatic transition from agricultural modernization (1950-1970) to the approaches of new rurality, territorial development and sustainable development, culminating in the recognition of local epistemologies and coexistence with the Semi-Arid. The results indicate that classical productivist models proved inadequate to regional specificities, while territorial and endogenous approaches — centered on social capital, local governance, pluriactivity and the valorization of peasant knowledge — offer more robust foundations to guide inclusive and sustainable public policies. It is concluded that rural development in the Semi-Arid depends on overcoming the drought-combat paradigm, productive diversification, strengthening family farming and building territorially situated institutional and human capacities.*

**Keywords:** *Climate change; Social capital; New rurality; Territory.*

## 1 Introdução

O Semiárido brasileiro constitui um espaço estratégico para a pesquisa acadêmica devido à sua relevância econômica, social e ambiental, concentrando uma população expressiva – 27,8

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará (UFC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8594-8913> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0468098888132944> E-mail: [helder.gsv@gmail.com](mailto:helder.gsv@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará (UFC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4235-1311> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6333811948672580> E-mail: [filipeaxlima@ufc.br](mailto:filipeaxlima@ufc.br)



milhões de pessoas residentes (Instituto Nacional do Semiárido [INSA], 2026) – que depende diretamente da agricultura familiar e dos recursos naturais para sua subsistência.

Conforme Lemos e Santiago (2020), a região apresenta desafios relacionados à escassez hídrica, à vulnerabilidade às mudanças climáticas, à pobreza e à degradação ambiental, fatores que demandam a produção de conhecimento capaz de subsidiar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, o INSA (2016) destaca que o Semiárido reúne potencialidades associadas à biodiversidade da Caatinga, às tecnologias sociais de convivência com a seca e à capacidade adaptativa das comunidades locais, tornando-se um importante laboratório para a formulação de estratégias de inovação, segurança alimentar, gestão dos recursos hídricos e fortalecimento da resiliência socioeconômica.

A persistência da pobreza e das desigualdades no Semiárido brasileiro reflete não apenas as limitações impostas pela variabilidade climática, mas também a histórica insuficiência de investimentos em educação, infraestrutura, saneamento, acesso à água e oportunidades produtivas. Nesse contexto, a vulnerabilidade socioeconômica da população rural é reforçada por privações múltiplas que restringem a geração de renda e a inclusão social, perpetuando um ciclo de desigualdade entre os municípios da região (Lemos, 2020).

Diante desse quadro, coloca-se a seguinte questão norteadora: em que medida as abordagens teóricas do desenvolvimento rural, construídas ao longo dos últimos sessenta anos, oferecem fundamentos adequados para orientar estratégias de desenvolvimento sustentável no Semiárido brasileiro, considerando suas especificidades ambientais, sociais e econômicas?

A produção científica recente evidencia a relevância de um olhar diferenciado para essa região, reconhecendo sua heterogeneidade social, econômica e ambiental. No entanto, a literatura sobre desenvolvimento rural aplicada ao Semiárido permanece predominantemente fragmentada – os estudos disponíveis tendem a abordar dimensões isoladas do fenômeno (produtiva, ambiental, social ou institucional), sem integrá-las em uma análise teórica abrangente (Leite, 2022).

Essa fragmentação se reflete também no campo das políticas públicas: na opinião de Aguiar *et al.* (2019), uma das principais lacunas identificadas na literatura é justamente a incipiente articulação entre as diferentes abordagens e instrumentos voltados ao desenvolvimento do Semiárido. Assim, justifica-se a necessidade de uma revisão teórica que sistematize, de forma integrada, a evolução histórica das principais abordagens do desenvolvimento rural e avalie criticamente sua aplicabilidade ao contexto específico do Semiárido, contribuindo tanto para a pesquisa acadêmica quanto para o planejamento de políticas públicas territorialmente situadas.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo geral analisar a evolução das principais abordagens teóricas do desenvolvimento rural e discutir sua aplicabilidade ao contexto do Semiárido brasileiro. Para o alcance desse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos



específicos: (i) mapear a evolução histórica do conceito de desenvolvimento rural; (ii) discutir as principais correntes teóricas que orientaram esse debate ao longo dos últimos sessenta anos; e (iii) analisar as contribuições dessas abordagens para a compreensão do desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro, identificando limites e potencialidades de sua aplicação ao contexto regional.

A investigação parte da hipótese de que as abordagens teóricas mais recentes do desenvolvimento rural, especialmente aquelas de base territorial e endógena, oferecem fundamentos mais adequados para orientar o desenvolvimento sustentável do Semiárido do que os modelos clássicos de modernização agrícola, por reconhecerem a centralidade dos ativos locais, da pluriatividade, do capital social e das instituições na dinamização dos territórios rurais. Supõe-se, ainda, que a compreensão das vulnerabilidades e das potencialidades do Semiárido, à luz dessas abordagens, é condição necessária para a formulação de políticas públicas capazes de promover um desenvolvimento rural mais equitativo, sustentável e contextualmente situado (Lemos, 2020; INSA, 2016).

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos deste estudo. A terceira mostra a evolução da teoria do desenvolvimento rural, conforme os principais pensadores e a literatura consolidada. A quarta seção apresenta as principais contribuições acadêmicas relativas ao Semiárido brasileiro sob a ótica das teorias do desenvolvimento rural. A quinta seção examina os principais desafios para o desenvolvimento rural do Semiárido, à luz das contribuições e os limites dessas abordagens para a compreensão do desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais, as implicações para políticas públicas, limitações e a agenda de pesquisa futura.

## 2 Procedimentos metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e revisão narrativa da literatura. A revisão narrativa foi escolhida como modalidade metodológica por permitir uma síntese interpretativa ampla da produção teórica disponível, sem a rigidez protocolar da revisão sistemática, sendo especialmente adequada para pesquisas cujo objetivo é mapear e discutir a evolução de um campo teórico ao longo do tempo (Cordeiro *et al.*, 2007).

O levantamento bibliográfico foi realizado nas seguintes bases de dados e repositórios: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Scholar e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Também foram consultados documentos técnicos e



relatórios produzidos por órgãos de pesquisa e planejamento diretamente vinculados ao tema, com destaque para o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Semiárido) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujas publicações constituem fontes primárias indispensáveis para a caracterização das especificidades socioambientais da região semiárida, como descrito por Lemos e Santiago (2020) e INSA (2016).

A busca foi conduzida com as seguintes palavras-chave, utilizadas de forma isolada e combinada: "desenvolvimento rural", "Semiárido brasileiro", "agricultura familiar", "desenvolvimento territorial", "capital social", "nova ruralidade", "pluriatividade", "desenvolvimento endógeno" e "políticas públicas para o Semiárido".

O recorte temporal adotado abrange aproximadamente os últimos sessenta anos, compreendendo produções publicadas a partir de meados da década de 1960 até o ano de 2025. Essa delimitação justifica-se pelo fato de que é nesse período que se consolida o debate acadêmico moderno sobre desenvolvimento rural, com a emergência das primeiras críticas ao modelo produtivista clássico e a formulação das abordagens territorial e endógena que constituem o eixo teórico central deste estudo, e que a hipótese aqui sustentada aponta como mais adequadas para orientar o desenvolvimento sustentável do Semiárido. Obras clássicas anteriores a esse período também foram incorporadas quando consideradas germinais para a compreensão das teorias analisadas.

Quanto ao recorte linguístico, foram incluídas obras em língua portuguesa e inglesa, de modo a abranger tanto a produção nacional sobre o Semiárido quanto as contribuições teóricas internacionais relevantes, especialmente aquelas provenientes da América Latina e da Europa.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção do material bibliográfico foram definidos em consonância com os três objetivos específicos do estudo: (i) para o objetivo de mapear a evolução histórica do conceito de desenvolvimento rural, foram priorizadas obras de referência consolidadas na literatura – livros, artigos seminais e revisões teóricas amplamente citadas; (ii) para o objetivo de discutir as principais correntes teóricas, foram selecionados trabalhos que representassem as diferentes abordagens identificadas no campo – modernização agrícola, desenvolvimento territorial, desenvolvimento endógeno, nova ruralidade e pluriatividade; e (iii) para o objetivo de analisar as contribuições e os limites dessas abordagens para o Semiárido, foram incluídos estudos empíricos e teóricos que tratassem especificamente da realidade rural da região.

Como critérios de exclusão, foram descartados trabalhos que abordavam o desenvolvimento rural de forma tangencial, sem contribuição direta para os objetivos do estudo. Ao todo, foram analisados aproximadamente quarenta títulos entre artigos científicos, livros, capítulos de livros e documentos institucionais, selecionados de um universo inicial mais amplo



de referências identificadas nas buscas.

O material selecionado foi organizado em eixos temáticos correspondentes às principais correntes teóricas identificadas na literatura, permitindo mapear a evolução conceitual do campo e identificar convergências, tensões e lacunas. Em seguida, cada corrente foi analisada quanto à sua capacidade explicativa frente às especificidades do Semiárido brasileiro – considerando suas dimensões econômicas, sociais, ambientais e institucionais –, articulando os aportes teóricos com as evidências empíricas disponíveis na literatura sobre a região. Esse movimento de aproximação entre teoria e contexto regional constitui o eixo interpretativo central do estudo e o critério analítico a partir do qual as diferentes abordagens foram avaliadas.

Por fim, em consonância com os pressupostos da pesquisa qualitativa, cabe explicitar o posicionamento dos autores frente ao objeto de estudo. De acordo com Creswell (2010), a pesquisa qualitativa reconhece que o pesquisador não é um observador neutro, mas um sujeito situado que traz consigo perspectivas, experiências e comprometimentos que inevitavelmente orientam suas escolhas analíticas e interpretativas. Nesse sentido, os autores deste estudo partem de uma perspectiva crítica em relação aos modelos de desenvolvimento rural de base exógena e produtivista, compreendendo que tais modelos têm historicamente revelado limitações significativas quando aplicados a territórios com as especificidades socioambientais do Semiárido brasileiro — marcado pela variabilidade climática, pela predominância da agricultura familiar e pelos déficits históricos de capital humano e institucional.

Essa orientação não compromete o rigor analítico da revisão, mas explicita o horizonte interpretativo a partir do qual o material bibliográfico foi selecionado, organizado e discutido, qual seja, a valorização das abordagens territoriais, endógenas e multidimensionais como quadros teóricos mais adequados para compreender e orientar o desenvolvimento rural sustentável na região, em alinhamento com a hipótese e os objetivos formulados na introdução deste artigo.

### **3 Evolução da teoria do desenvolvimento rural**

A evolução do pensamento sobre o desenvolvimento rural é analisada neste estudo a partir de uma perspectiva histórico conceitual. Em vez de tratar as diferentes abordagens como correntes independentes, opta-se por organizá-las segundo os principais marcos teóricos que marcaram a transformação da compreensão do espaço rural ao longo das últimas décadas. Essa estratégia permite identificar as mudanças de paradigma, evidenciando como novos referenciais foram incorporando dimensões econômicas, sociais, institucionais e ambientais ao conceito de desenvolvimento rural.



### 3.1 Paradigma produtivista da modernização agrícola (1950-1970)

O paradigma produtivista é a denominação sociológica e econômica da Revolução Verde, modelo que se consolidou no Brasil como uma estratégia de modernização agrícola baseada na difusão de sementes de alto rendimento, mecanização, uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos e crédito rural subsidiado. Fundamentado no pressuposto difusionista dominante entre 1950 e 1970, segundo o qual, a incorporação de pacotes tecnológicos elevaria a produtividade e, por extensão, promoveria o desenvolvimento rural de forma ampla (Schultz, 1964; Lewis, 1954), o modelo produziu expressivos ganhos de produção e de eficiência técnica na agricultura brasileira.

Do ponto de vista teórico, essa perspectiva se ancorava no argumento de que a substituição de fatores tradicionais por insumos modernos elevaria a eficiência alocativa dos produtores e superaria o suposto ‘atraso’ da agricultura tradicional (Schultz, 1964), enquanto a transferência de mão de obra do setor agrícola para o industrial-urbano seria compreendida como parte natural do processo de desenvolvimento econômico (Lewis, 1954).

Conforme ressalta Veiga (2004), o produtivismo agrícola que marcou esse período, assentava-se sobre pilares estritamente econômicos e de engenharia de produção, com as seguintes características conceituais intrínsecas: redução da agricultura ao setor primário industrializável; dogma do crescimento quantitativo (o desenvolvimento agrícola se resume ao deslocamento contínuo das fronteiras de produtividade física por hectare ou por animal); e visão exógena e difusionista (o progresso técnico era gerado nos centros industriais e científicos, cabia à política pública apenas acelerar a sua difusão).

### 3.2 Desenvolvimento agrícola versus desenvolvimento rural (1980-1990)

Após o ciclo de modernização agrícola ocorrido entre as décadas de 1950 e 1970, tornou-se evidente que o aumento da produção agropecuária não implicava, necessariamente, o desenvolvimento rural nos moldes preconizados por Theodore Schultz. A busca exclusiva por ganhos de produtividade não garantiu a melhoria ampla das condições de vida no campo. Diante desse diagnóstico, entre as décadas de 1980 e 1990, emergiu um questionamento central no debate acadêmico: seria possível haver crescimento agrícola sem, de fato, promover o desenvolvimento rural?

Pesquisadores como Sergio Schneider, Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva demonstraram que o desenvolvimento rural transcorria para além da dimensão estritamente produtiva. Compreendeu-se que o crescimento agrícola constituía uma condição necessária,



contudo insuficiente, para transformar a realidade do campo. Essa distinção ganha relevância ímpar no Semiárido brasileiro, onde os indicadores de produção agrícola nem sempre refletem o conjunto de avanços sociais e institucionais da região.

A partir dos anos 1990 e 2000, essa virada conceitual consolidou-se sob a perspectiva da multidimensionalidade. Para Schneider (2009, 2010), o desenvolvimento rural deve ser apreendido como um fenômeno territorial fundado na valorização da agricultura familiar, na pluriatividade e no fortalecimento das capacidades locais. Na mesma linha, Abramovay (2003) enfatiza que o meio rural transcende a função agropecuária ao assumir múltiplas funções sociais e ambientais, demandando o fortalecimento das instituições locais. Por sua vez, Silva (1997) e Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), evidenciam a emergência do ‘novo rural’, caracterizado pela diversificação das atividades econômicas e pela expansão das ocupações não agrícolas.

Em síntese, a convergência entre os autores reflete a consolidação de um novo paradigma: o desenvolvimento rural passa a integrar inclusão social, sustentabilidade ambiental e melhoria da qualidade de vida. No contexto do Semiárido brasileiro, essa abordagem multidimensional torna-se indispensável para superar leituras reducionistas e formular trajetórias de desenvolvimento inclusivas e adaptadas à dinâmica local.

### 3.3 Nova ruralidade (1990-2000)

Tal como já mencionado, a partir das décadas de 1980 e 1990, no bojo das críticas à modernização agrícola emerge na literatura internacional e brasileira o conceito de nova ruralidade, em resposta às limitações das abordagens que identificavam o desenvolvimento rural exclusivamente com o crescimento da produção agropecuária. Essa nova perspectiva passou a compreender o espaço rural como um território multifuncional e heterogêneo, no qual coexistem atividades agrícolas e não agrícolas, relações sociais diversificadas, novas formas de ocupação e diferentes estratégias de reprodução econômica das famílias rurais. Argumentaram a favor dessa perspectiva Sergio Schneider e Cristóbal Kay.

Segundo Schneider (2009, 2010), a perspectiva da nova ruralidade representa uma inflexão teórica em relação às interpretações tradicionais que restringiam o meio rural à função produtiva agrícola. Nessa abordagem, o espaço rural passa a ser compreendido como um território multifuncional, caracterizado pela coexistência de atividades agrícolas e não agrícolas, pela valorização da agricultura familiar, pela pluriatividade, pela preservação ambiental e pela intensificação das relações entre o rural e o urbano.

Para Schneider, o desenvolvimento rural deve ser concebido como um processo multidimensional, no qual o dinamismo econômico está associado ao fortalecimento das



instituições locais, à participação dos atores sociais, à diversificação das estratégias de geração de renda e à implementação de políticas públicas territorializadas, capazes de promover inclusão social, sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida das populações rurais (Schneider, 2010).

Já Kay (2009), analisa o surgimento da ‘nova ruralidade’ como uma resposta às profundas transformações ocorridas no meio rural latino-americano durante a globalização neoliberal. Para ele, o rural contemporâneo não pode mais ser compreendido apenas como um espaço agrícola, pois passou a incorporar novas funções econômicas, sociais e ambientais. Assim, ele identificou quatro mudanças fundamentais: diversificação das atividades econômicas (pluriatividade); multifuncionalidade do espaço rural; maior integração entre o rural e o urbano; reconfiguração das políticas públicas e do desenvolvimento territorial.

Embora reconheça a importância do conceito – nova ruralidade – Kay (2009) faz uma análise crítica. Ele argumenta que alguns autores da nova ruralidade tendem a enfatizar excessivamente a diversificação econômica e a multifuncionalidade do espaço rural, deixando em segundo plano questões estruturais que impactam no desenvolvimento rural, tais como: concentração fundiária; pobreza rural; desigualdade social; relações de poder no campo; expansão do agronegócio e da globalização neoliberal.

### 3.4 Desenvolvimento territorial rural (2000-2010)

O reconhecimento da multifuncionalidade e da heterogeneidade do meio rural conduziu a literatura do desenvolvimento rural à adoção da abordagem territorial. A partir da década de 1990, o desenvolvimento rural passou a ser compreendido não apenas como resultado do desempenho das atividades produtivas, mas como um processo territorialmente construído, no qual, fatores econômicos, sociais, institucionais, culturais e ambientais interagem de maneira dinâmica. Nessa perspectiva, o território deixa de ser entendido como um simples espaço geográfico e passa a ser concebido como uma construção social, formada por relações de cooperação, identidades coletivas, instituições e redes de governança que condicionam as oportunidades de desenvolvimento.

Abramovay (2000) defende que o território é uma construção social e que o desenvolvimento depende da qualidade das instituições, do capital social e da capacidade de coordenação entre os atores locais. Na visão Schneider (2004), o desenvolvimento territorial deve considerar a heterogeneidade dos espaços rurais e a interação entre os atores, atividades econômicas e instituições.

Já Favareto (2010), destaca que a emergência da abordagem territorial representou um importante avanço conceitual na teoria do desenvolvimento rural. Entretanto, sua incorporação às



políticas públicas ocorreu de forma parcial, caracterizando mais uma ‘inovação por adição’ do que uma efetiva mudança institucional, uma vez que as novas ideias territoriais passaram a coexistir com estruturas e instrumentos formulados sob paradigmas anteriores.

Argumenta-se, neste artigo, que a abordagem territorial do desenvolvimento rural se aproxima da teoria microeconômica dos bens públicos, ao reconhecer que o desenvolvimento dos territórios depende da provisão de ativos coletivos, tais como capital social, infraestrutura, governança, conhecimento compartilhado e preservação ambiental. Esses ativos geram benefícios difusos para a coletividade, apresentam forte componente de externalidades positivas e, em muitos casos, características de não rivalidade e não exclusão, aproximando-se do conceito de bens públicos formulado por Samuelson (1954).

Ademais, sua provisão e gestão frequentemente requerem mecanismos de ação coletiva e cooperação institucional, aspecto enfatizado por Ostrom (1990) em seus estudos sobre a governança de recursos de uso comum. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento territorial defendido por Abramovay, Favareto e Schneider pode ser compreendido como um processo de construção e fortalecimento de bens públicos territoriais, cuja oferta amplia as oportunidades econômicas e sociais, reduz custos de transação e favorece trajetórias mais inclusivas e sustentáveis de desenvolvimento rural, especialmente no Semiárido brasileiro.

O desenvolvimento rural é um processo territorialmente construído, cuja dinâmica depende não apenas da produção agrícola, mas também da qualidade das instituições locais, do capital social, da governança, da ação coletiva e da capacidade dos atores de mobilizar recursos e oportunidades existentes em cada território.

### 3.5 Desenvolvimento rural sustentável e resiliência territorial (2010-atual)

A partir da década de 2010, o debate sobre desenvolvimento rural passou a ser fortemente influenciado pela consolidação do paradigma da sustentabilidade, resultado de um processo iniciado com o Relatório Nosso Futuro Comum (1991), aprofundado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e reafirmado posteriormente pela Agenda 2030 e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Se, nas décadas anteriores, a literatura havia ampliado o conceito de desenvolvimento rural ao incorporar as dimensões territorial, institucional e social, esse novo momento representa uma síntese desses avanços, ao reconhecer que o desenvolvimento dos territórios rurais depende da integração entre crescimento econômico, inclusão social, conservação ambiental e fortalecimento das instituições locais. Assim, a sustentabilidade deixa de constituir uma dimensão complementar e passa a orientar a própria concepção de desenvolvimento rural.



Nesse contexto, Sachs (2008) afirma que o desenvolvimento sustentável pressupõe a articulação equilibrada entre as dimensões econômica, social, ambiental, territorial e institucional, de modo que a geração de riqueza seja compatível com a conservação dos recursos naturais e com a melhoria das condições de vida da população. Essa perspectiva representa uma inflexão em relação aos paradigmas anteriores, pois desloca o foco da expansão da produção para a construção de sistemas territoriais resilientes, capazes de conciliar eficiência econômica, justiça social e responsabilidade ambiental. O desenvolvimento rural sustentável passa, assim, a ser compreendido como um processo de longo prazo, no qual a competitividade econômica deve estar associada à preservação do capital natural e ao fortalecimento das capacidades locais.

Na literatura brasileira, Veiga (2005) e Abramovay (2003) contribuem para consolidar essa evolução paradigmática ao defenderem que a sustentabilidade dos territórios rurais depende da superação da visão setorial da agricultura e da valorização das especificidades territoriais. Para esses autores, fatores como capital social, governança territorial, inovação, educação, cooperação entre os atores locais e gestão sustentável dos recursos naturais constituem elementos centrais para promover trajetórias de desenvolvimento capazes de combinar dinamismo econômico, inclusão social e conservação ambiental.

Sob essa perspectiva, o paradigma contemporâneo do desenvolvimento rural não substitui integralmente as abordagens precedentes, mas as incorpora em um referencial analítico mais abrangente, no qual o desempenho econômico passa a ser indissociável da qualidade das instituições, da coesão social e da sustentabilidade dos territórios.

### 3.6 Epistemologias locais e desenvolvimento endógeno: incorporação ou instrumentalização?

Uma dimensão frequentemente negligenciada nas abordagens acadêmicas do desenvolvimento rural diz respeito ao lugar epistemológico dos saberes locais – aqueles produzidos historicamente pelas comunidades camponesas no manejo da Caatinga, na agricultura de sequeiro e nos sistemas agroflorestais. No Semiárido brasileiro, esses saberes constituem formas próprias de conhecimento, desenvolvidas através de gerações que enfrentaram periodicamente eventos climáticos extremos, e que acumularam práticas eficazes de convivência com a seca, gestão sustentável dos recursos naturais e produção de alimentos em condições adversas (WRI Brasil, 2019; Sousa *et al.*, 2017).

A agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento social, reconhece explicitamente esses saberes como fundamento de estratégias sustentáveis de produção, argumentando que os agricultores familiares e camponeses contribuem diretamente para a perpetuação do conhecimento agroecológico (Jesus *et al.*, 2024).



Contudo, coloca-se uma questão epistemológica central: as abordagens acadêmicas territoriais e endógenas de fato incorporam esses saberes locais, ou os instrumentalizam – ou seja, deles se apropriam apenas quando úteis à lógica científica ou às políticas institucionais, sem reconhecer sua autonomia epistemológica?

Santos (2007) oferece um referencial crítico preciso para essa problematização. Ao propor a Ecologia dos Saberes como contra-epistemologia, o autor argumenta que o pensamento científico ocidental opera por meio de 'linhas abissais' que dividem o conhecimento legítimo – a ciência moderna – do conhecimento supostamente ilegítimo – os saberes tradicionais, populares e locais –, invisibilizando esses últimos ou subordinando-os à lógica acadêmica quando conveniente. Sob esse prisma, abordagens territoriais que declaram valorizar os saberes locais, mas os reduzem a 'boas práticas' a serem catalogadas e transferidas, incorrem precisamente nessa instrumentalização – reproduzindo, ainda que involuntariamente, a assimetria epistemológica que dizem superar (Santos; Meneses, 2010).

É justamente nesse ponto que o paradigma da convivência com o Semiárido representa o esforço mais consistente de superação dessa tensão no contexto regional. Como admitem Barbosa e Hernández (2025), a convivência com o Semiárido implicou uma nova racionalidade territorial, pautada pela descentralização das políticas públicas, pelo reconhecimento da diversidade ecológica e pela valorização dos saberes e práticas dos povos da região – configurando uma ruptura epistemológica em relação à lógica do combate à seca, que via o fenômeno climático como inimigo a ser vencido por soluções hidráulicas centralizadas e exógenas.

Nesse paradigma, os saberes camponeses sobre manejo da Caatinga, captação de água de chuva, bancos comunitários de sementes e sistemas agroflorestais não são tratados como curiosidades etnográficas a serem incorporadas às políticas, mas como fundamentos legítimos de estratégias de desenvolvimento territorialmente situadas. Trata-se, portanto, de um avanço que interpela as próprias teorias do desenvolvimento endógeno, exigindo-lhes não apenas a declaração de respeito aos saberes locais, mas a construção de metodologias e políticas que de fato os reconheçam como epistemologias válidas e autônomas.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza os paradigmas e conceitos abordados nesta seção.

**Quadro 1** — Evolução da teoria do desenvolvimento rural: mapeamento dos principais paradigmas



| Período     | Paradigma                                                        | Conceito central                                                                            | Autores-chave                                                                                 | Limites identificados                                                                              |
|-------------|------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1950–1970   | Modernização agrícola / Revolução Verde                          | Produtividade como sinônimo de desenvolvimento                                              | Schultz (1964); Lewis (1954); Veiga (2004)                                                    | Exclusão social; degradação ambiental; não promoveu desenvolvimento rural amplo                    |
| 1980–1990   | Distinção entre desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural | Multidimensionalidade; crescimento agrícola diferente de desenvolvimento rural              | Schneider (2009, 2010); Abramovay (2003); Silva (1997); Silva, Del Grossi e Campanhola (2002) | Ainda centrado nas atividades agrícolas; lacunas institucionais e ambientais                       |
| 1990–2000   | Nova ruralidade                                                  | Pluriatividade; multifuncionalidade; integração rural-urbana                                | Schneider (2009, 2010); Kay (2009); Silva (1997); Silva, Del Grossi e Campanhola (2002)       | Risco de subestimar questões estruturais: concentração fundiária, poder e desigualdade (Kay, 2009) |
| 2000–2010   | Desenvolvimento territorial rural                                | Território como construção social; capital social; governança; bens públicos territoriais   | Abramovay (2000); Schneider (2004); Favareto (2010); Ostrom (1990)                            | Incorporação parcial nas políticas públicas; 'inovação por adição' (Favareto, 2010)                |
| 2010–atual  | Desenvolvimento rural sustentável e resiliência territorial      | Integração entre eficiência econômica, inclusão social e conservação ambiental; ODS         | Sachs (2008); Veiga (2005); Abramovay (2003)                                                  | Desafios de operacionalização em territórios vulneráveis como o Semiárido                          |
| Transversal | Epistemologias locais e convivência com o Semiárido              | Saberes camponeses como epistemologias autônomas; ruptura com o paradigma do combate à seca | Santos (2007); Santos e Meneses (2010); Barbosa e Hernández (2025); WRI Brasil (2019)         | Risco de instrumentalização dos saberes locais pelas abordagens acadêmicas territoriais            |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

## 4 O Semiárido brasileiro sob a ótica das teorias do desenvolvimento rural

### 4.1 Características estruturais do Semiárido

O Semiárido brasileiro constitui uma das maiores regiões semiáridas do mundo em extensão territorial e densidade populacional, abrangendo os nove estados da região Nordeste e o norte de Minas Gerais. Essa região corresponde a aproximadamente 12% do território nacional e



abriga cerca de 28 milhões de habitantes, distribuídos entre áreas urbanas e rurais, configurando um território de elevada relevância social, econômica, ambiental e cultural para o país. Apesar das limitações impostas pelas condições climáticas, o Semiárido apresenta significativa diversidade de recursos naturais, sistemas produtivos e formas de organização social, o que reforça sua importância estratégica para estudos relacionados ao desenvolvimento regional, à agricultura familiar e às políticas públicas voltadas à convivência com as especificidades ambientais (INSA, 2024).

Lemos (2020) acrescenta que esse clima não proporciona homogeneidade em paisagem, em disponibilidade de recursos naturais, tampouco em revestimento florístico. A convergência que existe na imensa área que o compõe é a instabilidade climática, traduzida na má distribuição de chuvas, tanto de um ponto de vista espacial como temporal. Fator comum também entre os mosaicos que se encontram nesse ecossistema brasileiro estão as atividades agrícolas, sobretudo as produtoras de alimentos, exercidas por agricultores familiares, bem como a pecuária extensiva, as quais são consideradas de alto risco. Essas atividades apresentam produtividades muito baixas, mesmo quando comparadas às observadas no Nordeste, que não fazem parte do Semiárido, algumas classificadas como as mais baixas do Brasil (Lemos, 2020).

#### 4.2 Limitações da abordagem produtivista para o Semiárido

Lemos (2012) argumenta que o paradigma produtivista, mostrou-se insuficiente para promover o desenvolvimento do Semiárido brasileiro. Suas análises evidenciam que a baixa adaptação desse modelo decorre das próprias especificidades da região, como a irregularidade das chuvas, a elevada vulnerabilidade climática, a predominância da agricultura familiar e as limitações socioeconômicas dos produtores.

Segundo esse pesquisador, políticas voltadas exclusivamente para o aumento da produtividade agrícola tendem a produzir resultados pífios quando desconsideram as características ambientais e institucionais do Semiárido. Ele defende que o desenvolvimento da região deve ter como foco nas estratégias de convivência com esse clima, gestão eficiente dos recursos hídricos, fortalecimento da agricultura familiar, diversificação das atividades econômicas e ampliação do capital humano e social.

Já Favareto (2010), em sua crítica à abordagem produtivista, ressalta que tal abordagem trata os espaços rurais como homogêneos, ignorando assim que cada território possui suas características econômicas, sociais, institucionais, culturais e ambientais próprias. Essa ideia pode ser incorporada à realidade do Semiárido brasileiro, cuja heterogeneidade territorial faz com que políticas padronizadas de modernização agrícola produzam resultados distintos, reforçando a



necessidade de estratégias de desenvolvimento adaptadas às características específicas da região. O autor sustenta que o paradigma territorial surgiu justamente porque as políticas centradas apenas na agricultura e na produtividade, não conseguiram explicar nem solucionar as diferenças existentes entre os territórios rurais.

Reforçando essas críticas, Nehring (2022) aponta que o modelo também contribuiu para a concentração fundiária, a exclusão de pequenos produtores e o aumento da dependência de insumos industriais, além de gerar impactos ambientais associados à degradação do solo, à contaminação dos recursos hídricos e à perda da biodiversidade. Nessa leitura crítica, o paradigma da Revolução Verde pouco contribuiu para a resolução da realidade do Semiárido brasileiro, sendo questionado por privilegiar um modelo tecnológico intensivo em capital e por aprofundar desigualdades sociais e ambientais no meio rural.

#### 4.3 Contribuições da nova ruralidade

O pensamento acadêmico consolidado sobre a nova ruralidade é que ela representa uma mudança na forma de compreender o espaço rural. Em vez de enxergá-lo e limitá-lo como sendo um espaço de produção agropecuária, a literatura passou a compreendê-lo como um território multifuncional, no qual coexistem atividades agrícolas e não agrícolas, funções econômicas, sociais, culturais e ambientais. Nesse sentido, a pluriatividade é considerada uma das principais expressões da nova ruralidade. Como referenda Schneider (2009), a pluriatividade é definida como sendo a estratégia em que os membros de uma mesma família rural exercem simultaneamente atividades agrícolas e não agrícolas, mantendo vínculos com o estabelecimento familiar.

No que se refere às atividades não agrícolas, Silva, Del Grossi e Campanhola (2002) destacam que sua expansão decorre das transformações estruturais ocorridas no campo brasileiro, especialmente da modernização da agricultura e da crescente integração entre os espaços rural e urbano. À medida que a mecanização reduziu a demanda por mão de obra agrícola, novas ocupações surgiram como alternativa de emprego e renda para as famílias rurais. Dessa forma, o meio rural passou a exercer funções que extrapolam a produção de alimentos, contribuindo para a diversificação da economia local e para a geração de novas oportunidades de trabalho.

Abramovay (2003) amplia essa interpretação ao afirmar que o desenvolvimento rural depende da capacidade dos territórios de mobilizar diferentes recursos econômicos, sociais e institucionais. Nessa perspectiva, atividades como turismo rural, agroindústria familiar, prestação de serviços, comércio local e economia solidária fortalecem as economias territoriais ao gerar emprego, agregar valor à produção e estimular a cooperação entre os atores locais. O desenvolvimento rural passa, assim, a ser explicado pela diversificação das bases econômicas dos



territórios e não apenas pelo desempenho do setor agropecuário.

A literatura especializada sobre desenvolvimento rural reconhece ainda o papel relevante das transferências governamentais na reprodução econômica das famílias rurais, sobretudo em regiões de maior vulnerabilidade, como o Semiárido brasileiro. Segundo Schneider (2009, 2010), o desenvolvimento rural contemporâneo caracteriza-se pela diversificação das estratégias de geração de renda, nas quais as famílias combinam a produção agrícola, as atividades não agrícolas e a pluriatividade com os rendimentos oriundos de políticas públicas.

Nessa perspectiva, os benefícios previdenciários rurais, os programas de transferência de renda e as políticas de apoio à agricultura familiar integram a economia das famílias e dos territórios rurais, contribuindo para a redução da pobreza, a estabilização do consumo e a ampliação das condições de permanência no campo. Essa interpretação encontra respaldo em Lemos (2012), que evidencia a elevada dependência de grande parte dos municípios semiáridos em relação a esses recursos, os quais assumem centralidade na dinamização das economias locais.

Entre esses instrumentos, a previdência rural ocupa posição de destaque. Delgado e Cardoso Jr. (2000) demonstram que a universalização dos benefícios, ao colocar o idoso no centro da renda domiciliar, impulsionou a revitalização da economia familiar rural, pois o rendimento regular da aposentadoria passou a sustentar também a unidade produtiva, funcionando como uma espécie de seguro agrícola.

Assim, no âmbito da teoria do desenvolvimento rural, tais transferências deixaram de ser concebidas exclusivamente como mecanismos assistenciais e passaram a ser interpretadas como instrumentos de proteção social e de fortalecimento das capacidades econômicas dos territórios, sobretudo quando articuladas a políticas de desenvolvimento produtivo, educação, infraestrutura e apoio à agricultura familiar.

#### 4.4 Contribuições da abordagem territorial

Na evolução da teoria do desenvolvimento rural, a abordagem territorial consolidou o entendimento de que o desenvolvimento não depende exclusivamente da disponibilidade de fatores produtivos, mas também da capacidade dos territórios de mobilizar recursos sociais e institucionais. Nesse contexto, o capital social passou a ser reconhecido como um ativo estratégico, formado por relações de confiança, cooperação, reciprocidade e ação coletiva, que favorecem a coordenação entre os diferentes atores locais e ampliam a eficácia das políticas públicas.

Para Abramovay (2000, 2003), o capital social constitui um dos principais determinantes do desenvolvimento territorial, pois reduz custos de transação, fortalece as instituições locais e estimula processos de inovação e aprendizagem coletiva. Na mesma vertente, Schneider (2004,



2010) argumenta que o desenvolvimento rural resulta da interação entre os atores, as organizações e as instituições presentes no território, sendo a cooperação e a governança elementos fundamentais para promover trajetórias de desenvolvimento mais inclusivas e sustentáveis. Assim, a abordagem territorial amplia a compreensão do desenvolvimento rural ao demonstrar que a competitividade e a sustentabilidade dos territórios dependem não apenas da eficiência econômica, mas também da qualidade do capital social e da capacidade de articulação entre os agentes locais.

De acordo com Veiga (2001, 2005), a abordagem territorial valoriza as especificidades locais, a diversificação econômica e a capacidade de articulação entre os atores sociais como elementos fundamentais para promover um desenvolvimento sustentável. Essa interpretação converge com a teoria do desenvolvimento endógeno de Vázquez-Barquero (2001), segundo a qual o crescimento econômico decorre da mobilização dos recursos internos do território, tais como capital humano, inovação, empreendedorismo, instituições, governança e capital social.

Em conjunto, essas contribuições permitem interpretar a abordagem territorial do desenvolvimento rural como compatível com os fundamentos da teoria do desenvolvimento endógeno, uma vez que ambas enfatizam a mobilização de recursos internos, a inovação, as instituições e a ação coletiva como motores do desenvolvimento.

#### 4.5 Desenvolvimento sustentável e convivência com o Semiárido

A discussão sobre desenvolvimento rural sustentável assume especial relevância no Semiárido brasileiro, onde as limitações climáticas e a escassez hídrica impõem desafios permanentes às atividades produtivas. Nesse contexto, autores como Lemos (2012) defendem que a sustentabilidade econômica e social da região depende da adoção de estratégias de convivência com o Semiárido, baseadas na gestão eficiente da água, no fortalecimento da agricultura familiar, na diversificação das fontes de renda e na valorização das tecnologias sociais.

Dessa forma, o desenvolvimento rural sustentável não deve ser entendido como a eliminação das restrições ambientais, mas como a capacidade dos territórios de construir mecanismos de adaptação e resiliência que garantam a reprodução econômica das famílias rurais, a conservação dos ecossistemas e a melhoria das condições de vida da população ao longo do tempo.

### 5 Principais desafios para o desenvolvimento rural do Semiárido

Como visto, a evolução da teoria do desenvolvimento rural converge para um modelo territorial e endógeno, mas sua concretização no Semiárido ainda é limitada por desafios



ambientais, estruturais, institucionais, econômicos e sociais.

Segundo Sachs (1986), o desenvolvimento deve respeitar as potencialidades e os limites ecológicos de cada território. Então, as estratégias de desenvolvimento devem ser adaptadas às condições ambientais locais, promovendo o uso racional dos recursos naturais, a inclusão social e a eficiência econômica. Essa perspectiva rompe com modelos de desenvolvimento padronizados, valorizando soluções territorialmente adequadas.

Em consonância com esse pensamento, mas voltando-se para a realidade do Semiárido brasileiro, Lemos (2015) argumenta que a promoção do desenvolvimento rural dessa região exige a superação de políticas centradas exclusivamente no enfrentamento emergencial das secas, uma vez que a vulnerabilidade da região decorre principalmente de fatores econômicos, sociais e institucionais. Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural sustentável depende mais da capacidade dos territórios de construir mecanismos de adaptação que reduzam sua vulnerabilidade e promovam a inclusão produtiva e social.

Assim, as irregularidades da pluviometria que caracterizam os períodos de estiagem prolongada no Semiárido, devem ser vistas como fenômeno natural e encaradas com práticas adequadas à convivência com essa realidade, incluindo democratização do acesso à água, acesso à terra, promoção de uma educação contextualizada e incentivo a atividades produtivas apropriadas ao clima semiárido.

O desafio estrutural se revela diante do baixo capital humano. Níveis reduzidos dessa variável constitui uma das principais características de regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma vez que deficiências em educação, saúde e oportunidades econômicas limitam a formação de capacidades individuais e a produtividade do trabalho (Becker, 1993; Schultz, 1973). Conforme a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil, 2026), em 60,9% dos municípios do Semiárido, o IDH varia de muito baixo a baixo. No que se refere aos níveis de escolarização, o Censo Agropecuário 2017 do IBGE, revela que em 61,6% dos estabelecimentos agropecuários do Semiárido, o produtor gestor não sabe escrever ou ler, ou nunca frequentou escola.

Para a promoção do desenvolvimento rural perante os obstáculos do desafio estrutural, Lemos (2012) afirma que há a necessidade de elevar os ativos sociais, materializados em serviços essenciais para as comunidades rurais, por meio de um planejamento governamental direcionando investimentos sociais no provimento de água potável para as famílias e de qualidade para a produção; provimento de acesso a locais adequados para esconder os dejetos humanos, seja na construção de fossas sépticas ou na rede básica de esgotamento sanitário; possibilitar às famílias rurais acesso ao serviço de coleta sistemática do lixo doméstico e seu destino adequado; elevar o nível de instrução média através da implantação de escolas rurais de nível médio; disseminar



programas de educação ambiental; prover programa de saúde da família a fim reduzir as taxas de mortalidade infantil ou de raquitismo, assim como instruir hábitos alimentares saudáveis ensinando o balanceamento nos grupos nutricionais (proteínas, gorduras, vitaminas e sais minerais); também programas de educação sexual, com foco no planejamento familiar; instalar, em cada município, aparelhos públicos para garantir as seguranças jurídica e pública da população.

Esses investimentos contínuos advindos de planejamentos governamentais, possibilitando o acesso democrático aos ativos sociais, conseguem transformar-se em reforços importantes e definitivos no complemento do acesso às rendas monetárias e não monetárias advindas das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas.

Para superar o desafio institucional, o eixo do desenvolvimento rural deverá contemplar o empoderamento das populações a serem beneficiadas por políticas de intervenção que sejam desenhadas no intuito de viabilizar o seu desenvolvimento. As populações devem ter a liberdade de definir os seus destinos (Sen, 2000). Para além disso, as instituições trabalhariam para facilitar a vida dos cidadãos, tornando-se mais ágeis no atendimento das suas demandas sempre crescentes, à medida que a sociedade avança.

Uma alternativa amplamente defendida pela literatura para enfrentar o desafio econômico do Semiárido brasileiro consiste na adoção de uma estratégia de desenvolvimento territorial endógeno, fundamentada na mobilização dos recursos e potencialidades locais. Nessa perspectiva, o crescimento econômico deixa de depender exclusivamente da expansão da produção agropecuária e passa a ser impulsionado pela diversificação das atividades produtivas, pela agregação de valor à produção local, pelo fortalecimento da agricultura familiar, pela inovação, pelo empreendedorismo e pela melhoria das instituições territoriais.

Relativo à pluriatividade, apontada na seção anterior, tendo referência Schneider (2009), no contexto do Semiárido brasileiro ela não seria promotora do desenvolvimento, mas uma estratégia de sobrevivência, dado o perfil característico das unidades produtoras: área de produção pequena, vulnerável à degradação ambiental e às intempéries climáticas. O produtor dessa região busca a pluriatividade por necessidade econômica, para garantir a renda mínima de subsistência e evitar o colapso da sua unidade de produção ou a migração para os centros urbanos.

Nesse sentido, Lemos (2012) acrescenta que essa estratégia rompe com a dependência exclusiva da produção agrícola, permitindo a convivência com a seca, possibilitando investimentos na captação hídrica e o fortalecimento das capacidades produtivas locais, reduzindo a vulnerabilidade econômica, sendo tudo isso *spillover effect* para o desenvolvimento rural sustentável, via atendimento das necessidades básicas da população, tal como discriminado em parágrafo acima.

Portanto, a promoção do desenvolvimento rural dessa região passa pelas ideias sugeridas



por esses autores, para se suplantarem esse obstáculo econômico, que será contemplado pelo fluxo constante de inversões públicas e privadas, sempre buscando uma alocação técnica e economicamente eficiente dos recursos naturais renováveis e não-renováveis (Lemos, 2012).

Por fim, tem a superação do desafio social, condição necessária para que as estratégias de desenvolvimento territorial, até aqui elencadas, produzam resultados duradouros. A literatura converge no sentido de que investimentos em infraestrutura e políticas produtivas são importantes, mas tendem a ser insuficientes se não forem acompanhados pelo fortalecimento das capacidades humanas e institucionais dos territórios rurais.

A superação do desafio social no Semiárido brasileiro requer políticas capazes de ampliar as capacidades humanas e fortalecer os ativos sociais dos territórios rurais. Na perspectiva do desenvolvimento rural contemporâneo, o crescimento econômico sustentável depende da formação de capital humano, da ampliação do acesso à educação, da qualificação profissional, da assistência técnica, da inclusão produtiva e da redução das desigualdades sociais.

Para Veiga (2001), o desenvolvimento rural deve promover a melhoria das condições de vida da população e ampliar as oportunidades de participação econômica e social, enquanto Sachs (2008) sustenta que o desenvolvimento somente pode ser considerado socialmente incluyente quando é economicamente e ambientalmente sustentável. No Semiárido, essa abordagem implica fortalecer a educação, a saúde, a segurança hídrica, a inclusão digital e o acesso aos serviços públicos como elementos indispensáveis para ampliar a capacidade adaptativa das famílias rurais e reduzir sua vulnerabilidade frente às adversidades climáticas e econômicas.

A literatura destaca que a consolidação do desenvolvimento rural depende do fortalecimento do capital social e da governança territorial. Abramovay (2003) enfatiza que relações interpessoais e comunitárias pautadas na confiança reduzem custos de coordenação e estimulam a inovação. Complementarmente, Schneider (2010) assinala que essa dinâmica se materializa no plano institucional quando cooperativas, associações e poder público atuam de forma coordenada na gestão do território. No contexto do Semiárido brasileiro, a superação do baixo capital social pressupõe, assim, a construção de capacidades locais de governança, condição indispensável para transformar a dinamização regional em um processo endógeno, inclusivo e sustentável.

Para além desses desafios e as possibilidades de contorná-los, Favareto (2010) aponta entraves como a criação de novas instituições capazes de dar sustentabilidade a essa nova perspectiva do desenvolvimento rural. Para esse autor, houve a incorporação dessas propostas ‘por adição’, sob uma nova roupagem, velhos valores e práticas que continuam a dar os ditames.

Já para Grisa (2021), percebe-se conflitos de interesses ou prioridades setoriais, tal como foco no setor agroexportador em especial, quando se busca inovar as instituições/governanças.



Conforme essa autora, que analisou o planejamento setorial para o agronegócio e agricultura familiar nos governos FHC, Lula e Dilma, verificou-se que apesar de todas as mudanças realizadas no que concerne à construção de políticas públicas para a agricultura familiar nessas gestões, uma continuidade expressiva diz respeito à desigualdade de recursos econômicos e políticos entre as categorias políticas do agronegócio e agricultura familiar. Segundo ela, diferenças em termos de recursos disponibilizados para os programas e linhas de crédito são emblemáticas, expondo tratamento desigual conferido pelo Estado, e isso foi acentuado pela ausência de coerência entre os instrumentos de planejamento setorial.

O período ora analisado não foi suficiente para sensibilizar os tomadores de decisões e nem de prevalecer o entendimento de que a agricultura familiar desempenha papel estratégico nesse processo. Como demonstram Araújo, Sampaio e Lima (2025), o fortalecimento desse segmento por meio do acesso ao crédito, à assistência técnica, à inovação e às políticas públicas constitui elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e para a mitigação das vulnerabilidades no Semiárido. Apesar das limitações impostas pela variabilidade climática e pelas desigualdades socioeconômicas, a agricultura familiar mantém elevada relevância produtiva e social, sendo responsável pela reprodução econômica de milhares de estabelecimentos rurais e pela geração de ocupação, renda e segurança alimentar na região.

Portanto, apesar dos avanços nas ideias, o que se percebe na realidade do desenvolvimento rural do Semiárido é que permanece a perspectiva reducionista e fragmentada de combate às secas e aos seus efeitos com grandes obras hídricas e com a irrigação orientada para o mercado externo, e a concepção de convivência com o Semiárido, a valorização dos saberes e as práticas dos povos da região ainda não foram suficientemente internalizadas nos programas e ações governamentais (da Silva, 2017).

## **6 Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo analisar a evolução das principais abordagens teóricas do desenvolvimento rural, examinando sua aplicabilidade ao contexto específico do Semiárido brasileiro, com base em revisão da literatura e levantamento bibliográfico dos últimos sessenta anos.

A investigação partiu da constatação de que a região apresenta desafios relacionados à escassez hídrica, à vulnerabilidade às mudanças climáticas, à pobreza e à degradação ambiental – fatores que demandam a produção de conhecimento capaz de subsidiar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, o Semiárido reúne potencialidades associadas à biodiversidade da Caatinga, às tecnologias sociais de convivência com a seca e à capacidade



adaptativa das comunidades locais, tornando-se um importante laboratório para a formulação de estratégias de inovação, segurança alimentar e fortalecimento da resiliência socioeconômica.

Os resultados desta revisão confirmam que não é possível aplicar de forma uniforme modelos e práticas de desenvolvimento rural forjados em contextos extrarregionais – sejam eles de origem eurocêntrica ou norte-americana – sem a devida adaptação à realidade territorial de cada região. Essa constatação se torna ainda mais evidente quando o objeto de análise é o Semiárido brasileiro. As experiências bem-sucedidas em outros contextos podem oferecer referências e inspirações, mas sua transposição acrítica tende a ignorar as especificidades ambientais, sociais e culturais que condicionam as possibilidades de desenvolvimento na região. Assim, constatou-se que o motor do desenvolvimento local deve ser endógeno – fundado na capacidade dos territórios de mobilizar seus próprios recursos, saberes e potencialidades internas.

A revisão da literatura também revelou que a evolução da teoria do desenvolvimento rural converge progressivamente para um modelo no qual o desenvolvimento do Semiárido depende mais da articulação entre capital humano, capital social, instituições, inovação, sustentabilidade e valorização das potencialidades locais. Tal convergência evidencia a evolução de uma matriz de desenvolvimento baseada no combate à seca e na modernização agrícola para um modelo territorial multidimensional, ajustado às particularidades sociais, econômicas e ecológicas da região semiárida.

A hipótese central que orientou este trabalho foi confirmada: compreender as vulnerabilidades do Semiárido é fundamental para aplicação das abordagens teóricas de base territorial e endógena, pois oferecem fundamentos mais adequados à formulação de políticas públicas capazes de promover um desenvolvimento rural mais equitativo e sustentável. A pesquisa científica desempenha papel insubstituível nesse processo, ao construir soluções que articulem viabilidade econômica, inclusão social e conservação ambiental.

Do ponto de vista das implicações para políticas públicas, os resultados desta revisão apontam para orientações fundamentais. Primeiro, as políticas voltadas ao Semiárido devem avançar do paradigma do combate à seca para o paradigma da convivência com o Semiárido, reconhecendo e valorizando as especificidades territoriais da região – incluindo a biodiversidade da Caatinga e as tecnologias sociais de convivência com a seca. Segundo, investimentos em capital humano – educação contextualizada, capacitação técnica e acesso à saúde – devem ser tratados como pré-condição do desenvolvimento, e não como sua consequência, dado que os déficits nessa dimensão constituem um dos principais obstáculos à dinamização econômica dos territórios semiáridos. Terceiro, o fortalecimento das instituições locais e do capital social é indispensável para que os territórios possam articular seus ativos internos e viabilizar processos sustentáveis de desenvolvimento endógeno. Por fim, políticas de incentivo à pluriatividade e à diversificação



produtiva – especialmente aquelas que ampliam o acesso a mercados institucionais, ao crédito rural e à assistência técnica contextualizada – são essenciais para reduzir a vulnerabilidade das famílias rurais frente às secas e promover inclusão produtiva de forma estrutural.

Em vista do que foi exposto, cabe reconhecer as limitações deste estudo. Por se tratar de uma revisão bibliográfica com recorte temporal de aproximadamente sessenta anos, não foram contempladas de forma exaustiva todas as contribuições teóricas disponíveis na literatura nacional e internacional, nem foi realizada análise empírica com dados primários ou secundários sobre territórios ou municípios específicos do Semiárido.

Essas limitações abrem espaço para uma agenda de pesquisa futura que combine a base teórica aqui consolidada com evidências empíricas – por meio de indicadores multidimensionais de desenvolvimento rural, estudos de caso territoriais e avaliações de efetividade de políticas públicas – de modo a avançar na compreensão das condições concretas que favorecem ou dificultam o desenvolvimento rural sustentável no Semiárido brasileiro.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea218794>

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AGUIAR, Luane da Conceição; DEL GROSSI, Mauro; OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; ÁVILA, Mário Lúcio de. As políticas públicas no Semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, abr./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2019.968>

ARAÚJO, Ana Cléssia Pereira Lima de; SAMPAIO, Maria Analice dos Santos; LIMA, Filipe Augusto Xavier. Condições Socioeconômicas dos Agricultores Familiares do Pronaf B na Região Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 25, n. 98, p. 34-51, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG259869295>

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA BRASIL). **É no Semiárido que a vida pulsa!** 2026. Disponível em: <https://asabrasil.org.br/semiarido/>. Acesso em: 1 jul. 2026.

BARBOSA, Antonio Gomes; HERNÁNDEZ, David Gallar. A convivência com o Semiárido como superação do combate à seca no rural do Nordeste brasileiro: uma luta de paradigmas socioecológicos. **Historia Agraria**, n. 96, ago. 2025. p. 203-241. DOI: <https://doi.org/10.26882/histagrar.096e07b>

BECKER, Gary S. **Human Capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. New York: Columbia University Press, 1964. (3ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991. 430 p.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio**



**Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DA SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 3, p. 466-485, 2017. DOI:

<https://doi.org/10.61673/ren.2007.539>

DELGADO, Guilherme Costa. C.; CARDOSO JR., José Celso (Orgs.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: Ipea, 2000. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16365>. Acesso em: 25 set. 2026.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou 'inovação por adição'? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p.299-319, 2010. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100021>

GRISA, Catia. O agronegócio e agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e descontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio

de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 545-573, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-3>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 6776: Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6776#resultado>.

Acesso em: 21 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **Sistemas agrícolas familiares resilientes a eventos ambientais extremos no contexto do Semiárido brasileiro**: alternativas para enfrentamento aos processos de desertificação e mudanças climáticas. Campina Grande: INSA, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **O Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiarido-brasileiro>.

Acesso em: 27 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **Portal institucional do INSA**. 2026. Campina Grande: INSA, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiarido-brasileiro>. Acesso em: 21 jun. 2026.

JESUS, Edilma Nunes de. *et al.* Práticas agroecológicas e a sustentabilidade do semiárido brasileiro.

**Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 7, n.2, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.34188/bjaerv7n2-054>

KAY, Cristóbal. Estudios rurales en América Latina en el periodo de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad? **Revista Mexicana de Sociología**, v. 71, n. 4, p. 607-645, 2009. Disponível em:

[https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-25032009000400001](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032009000400001). Acesso em: 21 jun. 2026.

LEITE, Maria José de Holanda, Desenvolvimento rural: uma revisão bibliográfica. **Agriculturae**, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.6008/CBPC2674-645X.2022.001.0001>

LEMONS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/69376>. Acesso em: 21 ago. 2026.

LEMONS, José de Jesus Sousa. **Semiárido brasileiro**: avanços, desafios e perspectivas. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.



LEMOS, José de Jesus Sousa. **Vulnerabilidades induzidas no semiárido**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. *E-book*. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/54842>. Acesso em: 21 ago. 2026.

LEMOS, José de Jesus Sousa; SANTIAGO, Daiane Felix. Instabilidade temporal na produção agrícola familiar de sequeiro no semiárido do Nordeste Brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n. 50, p. 186-200, jan./mar. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.186-200>

LEWIS, W. Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. **The Manchester School**, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

NEHRING, Ryan. The Brazilian Green Revolution. **Political Geography**, v. 95, 102574, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2021.102574>

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Tradução Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMUELSON, Paul A. The Pure Theory of Public Expenditure. **The Review of Economics and Statistics**, v. 36, n. 4, p. 387-389, 1954.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.753>

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>

SCHULTZ, Theodore W. **Transforming traditional agriculture**. New Haven: Yale University Press, 1964.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43-81, maio 1997.

SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v.19, n.1, p.37-67, 2002. DOI: <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2002.v19.8795>



SOUSA, Aline Bezerra de; COSTA, Celme Torres Ferreira da; FIRMINO, Paulo Renato Alves; BATISTA, Vanessa de Souza. Tecnologias sociais de convivência com o Semiárido na região do Cariri cearense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 197-220, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2017.v34.26327>

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300010>

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural não é o agropecuário**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WORLD RESOURCES INSTITUTE BRASIL. **Conhecimento agroecológico local: caminhos para a adaptação às mudanças climáticas e restauração da Caatinga**. São Paulo: WRI Brasil, 2019. Disponível em: [https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/AF\\_WRI\\_Working%20Paper\\_Caatinga\\_web.pdf](https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/AF_WRI_Working%20Paper_Caatinga_web.pdf). Acesso em: 5 ago. 2026.